

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.438 - MG (2019/0289866-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : BRAIAN FILADELFIA SOARES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por BRAIAN FILADELFIA SOARES, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem, em acórdão assim ementado (fl. 84):

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE. COMPROVADOS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. AUSÊNCIA DO FUMUS COMISSI DELICTI. PERICULUM LIBERTATIS. QUANTIDADE CONSIDERÁVEL DE SUBSTÂNCIA APREENDIDA. REINCIDÊNCIA E DIVERSOS REGISTROS PELA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. ORDEM DENEGADA

- Havendo indícios de autoria e de materialidade quanto ao crime capitulado no art. 33, caput, da Lei 11.343/06, além de elementos que apontam considerável grau de periculosidade do paciente, fundado na sua reincidência e na prática contumaz de atos infracionais, a custódia preventiva é medida que se impõe, a fim de resguardar a higidez da ordem pública, a despeito da não comprovação da materialidade do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, que por si só, não elide o periculum libertatis que promana da outra conduta.

O recorrente foi preso em flagrante, posteriormente convertida a prisão em preventiva, pela prática dos crimes tipificados no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 e no art. 16 da Lei 10.826/2003.

O *habeas corpus* impetrado no Tribunal local foi denegado.

Daí o presente *writ*, em que o recorrente argumenta, em suma, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, inidoneidade dos fundamentos da prisão e possibilidade de adoção de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 32/33):

Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de BRAIAN FILADÉLFIA SOARES, preso em 29/05/2019, como incurso nas sanções do art. 33 da Lei 11343/06, c/c art. 16 da Lei 10826/03. Constatado que o APFD está formalmente em ordem, obedecendo as disposições do art. 304 e 306 do Código de Processo Penal, não sendo hipótese de relaxamento. Tampouco vislumbro possível a concessão de liberdade provisória. No caso em tela, **o autuado é reincidente, ostentando condenação penal transitada em julgado pelos delitos de colaboração para o tráfico e porte de drogas para consumo pessoal. Ademais, verifica-se que o jovem autuado possui em sua CAI apontamentos infracionais análogos aos delitos de roubo majorado, furto qualificado, receptação e porte de drogas para consumo pessoal.**

[...]

Ademais, tem-se que as circunstâncias do crime são graves, constando do APFD que ao realizar uma operação a guarnição policial se deparou com um indivíduo, posteriormente identificado como sendo o autuado Braian, que ao perceber a presença dos policiais entrou por um beco e retornou andando apressadamente, momento em que foi abordado pelos militares. Ato contínuo, **foram encontrados em posse do autuado R\$ 80,00 e 5 microtubos contendo substância em pó e no beco onde o indivíduo transitou foram localizados 18 microtubos contendo substância análoga à cocaína, uma arma de fogo e um invólucro plástico contendo 6 munições, o que aliado ao fato do indivíduo ter confessado que comercializava drogas, sedimenta o fumus commissi delicti. Cumpre asseverar que segundo o depoimento do policial condutor, no momento da abordagem o autuado ofereceu arma de fogo para os militares para que fosse liberado. O entorpecente arrecadado totalizou 58,2g de cocaína, quantidade e natureza de droga que revela a gravidade concreta do delito.** O periculum libertatis está configurado, tendo em vista a reincidência delitiva do autuado. Destarte, inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, que se faz necessária para a garantia da ordem pública, vulnerabilizada com a sua reiteração criminosa. Assim, nos termos do art. 310, II, e presentes os requisitos do art. 312 c/c art. 313, I e II, todos do CPP, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE de BRAIAN FILADÉLFIA SOARES EM PRISÃO PREVENTIVA.**

Como se vê, foi apontada fundamentação concreta para a prisão, haja vista a razoável quantidade de droga apreendida (58,2g de cocaína), além da apreensão de arma de fogo e 6 munições. Ressaltou-se o risco de reiteração delitiva, uma vez que o *autuado é reincidente, ostentando condenação penal*

Superior Tribunal de Justiça

transitada em julgado pelos delitos de colaboração para o tráfico e porte de drogas para consumo pessoal. Ademais, verifica-se que o jovem autuado possui em sua CAI apontamentos infracionais análogos aos delitos de roubo majorado, furto qualificado, receptação e porte de drogas para consumo pessoal, destacando-se a periculosidade do agente com base na análise de seus registros criminais.

Com efeito, pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. A propósito: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Desse modo, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Assim, o necessário exame mais aprofundado da suficiência da cautelar ocorrerá de melhor modo diretamente na Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, com detalhamento da situação dos autos.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

